

RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.179 - SP (2019/0343904-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS
AUTOMOTORES LTDA
ADVOGADOS : MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA - MG063440
ANA CAROLINA REMIGIO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
MG086844
RECORRIDO : ROBERTO CESAR SALZANO
ADVOGADOS : EDGAR FRANCO PERES GONÇALVES E OUTRO(S) - SP295836
ISAAC JARBAS MASCARENHAS DO CARMO - SP370751

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. PLANO DE SAÚDE. MANUTENÇÃO DE EMPREGADO APOSENTADO. ART. 31 DA LEI 9.656/1998. CONDIÇÕES DIFERENCIADAS PARA EMPREGADOS ATIVOS E INATIVOS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA., com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 269):

Apelação. Plano de saúde. Ação de obrigação de fazer. Sentença de procedência. Manutenção de ex-empregado aposentado como beneficiário do plano coletivo antigamente fornecido pela empresa. Inconformismo da ré. Cabimento em parte. Aposentado que contribuiu por mais de dez anos ininterruptos para o plano de saúde fornecido pela empresa. Incidência do artigo 31 da Lei nº 9.656/98. Proibição de tratamento discriminatório entre os ativos e inativos, de modo que se deve praticar aos inativos as mesmas condições, inclusive de valores e de reajustes, praticadas para os ativos. Inclusão do autor no plano de saúde vigente. Sentença reformada nesse ponto.
Recurso parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração, o acórdão impugnado foi integralizado

pela seguinte ementa (e-STJ, fl. 309):

Embargos de declaração. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade. Recurso com objetivo de rediscutir a causa já decidida e obter nova decisão, com intuito infringente. Intenção de prequestionamento ao julgado. Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso, a recorrente alega divergência jurisprudencial e violação aos arts. 15 e 31 da Lei 9.656/1998; 5º, 10, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20 e 21, todos da Resolução Normativa n. 279 da ANS; 104 e 114 do CC/2002; 139, I, do CPC/2015; e 5º, II e XXXVI, da CF.

Defende que os ex-funcionários não possuem direito à manutenção no mesmo plano de saúde oferecido aos empregados da ativa.

Sendo assim, requer o provimento do presente apelo excepcional.

Decisão de admissibilidade às fls. 320-321 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante ressaltar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, sendo, desse modo, aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Preliminarmente, é preciso frisar que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende não ser possível, por meio do julgamento de recurso especial, analisar suposta violação a dispositivo da Constituição Federal, sob pena de usurpação da competência pertencente ao Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO PELO RELATOR. CONFIRMAÇÃO PELO COLEGIADO. ILEGITIMIDADE ATIVA. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. PRAZO PRESCRICIONAL. CINCO ANOS. DECISÃO MANTIDA.

1. O entendimento do STJ é de que a confirmação de decisão monocrática de relator pelo órgão colegiado sana eventual violação do

art. 557 do CPC/1973. Precedentes.

2. "No âmbito do Direito Privado, é de cinco anos o prazo prescricional para ajuizamento da execução individual em pedido de cumprimento de sentença proferida em Ação Civil Pública" (REsp 1273643/PR, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, Rel.

Ministro SIDNEI BENETI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/02/2013, DJe 04/04/2013).

3. Não cabe ao STJ o exame de suposta ofensa a dispositivos constitucionais, sob pena de usurpação da competência do STF (art. 102, III, da CF).

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 112.794/PR, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 13/03/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA. HORAS EXTRAS E DESVIO DE FUNÇÃO RECONHECIDOS EM TERMO DE CONCILIAÇÃO ENTRE EX-EMPREGADORA E EX-EMPREGADA. REFLEXOS NA COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. EFEITOS DA TRANSAÇÃO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. OFENSA AO ATO JURÍDICO PERFEITO. PRECEDENTES. EQUILÍBRIO ATUARIAL E FONTE DE CUSTEIO. OBSERVÂNCIA. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. DESCABIMENTO. DECISÃO MANTIDA.

1. Vale pontuar que o presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Não há violação do disposto no art. 535 do CPC/73 quando o aresto recorrido adota fundamentação suficiente para dirimir a controvérsia, sendo desnecessária a manifestação expressa sobre todos os argumentos apresentados pelas partes.

3. Chegar à conclusão diversa quanto aos efeitos do termo de conciliação firmado entre a patrocinadora e a assistida, seria necessário o reexame dos elementos fático-probatórios dos autos, soberanamente delineados pelas instâncias ordinárias, o que é defeso nessa fase recursal, a teor da Súmula nº 7 do STJ.

4. Na hipótese, deve ser aplicada a tese firmada no REsp nº 1.525.732/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 16/10/2015, de que reconhecidos, pela Justiça do Trabalho, os valores devidos a título de horas extraordinárias e que

compõem o cálculo do Salário de Participação e do Salário Real de Benefício, a influenciar a própria Complementação de Aposentadoria, deve haver a revisão da renda mensal inicial, com observância da fórmula definida no regulamento do fundo de pensão, devendo eventuais diferenças de custeio do participante e de recebimento do benefício ser compensadas.

5. A jurisprudência do STJ é firme de que é inviável, em recurso especial, a análise de suposta violação de dispositivo constitucional, sob pena de se usurpar a competência do STF, nos termos do art. 102 da CF.

6. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente recurso não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1396944/SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 10/11/2016)

Desse modo, tendo a recorrente apontado afronta ao art. 5º, II e XXXVI, da CF, mostra-se incabível sua análise por meio do julgamento do recurso especial interposto.

Em relação à apreciação do apelo excepcional pela alínea c do permissivo constitucional, constata-se que a recorrente não efetuou a demonstração da divergência jurisprudencial apontada.

Cabe ressaltar que a jurisprudência vigente no Superior Tribunal de Justiça, seguindo o disposto no art. 1.029, § 1º, do CPC/2015, c/c art. 255, § 1º, do RISTJ, entende que, para a demonstração da divergência, não basta a simples transcrição da ementa ou voto do acórdão paradigma. De fato, faz-se necessário o cotejo analítico entre o aresto recorrido e o divergente, com a explicitação da identidade das situações fáticas e a interpretação diversa emprestada ao mesmo dispositivo de legislação infraconstitucional, situação que não ficou configurada no recurso especial interposto pela recorrente.

A esse respeito:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROPRIEDADE INDUSTRIAL. COINCIDÊNCIA ENTRE AS PATENTES. INEXISTÊNCIA. CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. JULGADOS DO MESMO TRIBUNAL. SÚMULA Nº 13/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. As conclusões da Corte de origem que resultam da estrita análise das provas carreadas aos autos e das circunstâncias fáticas que permearam a demanda não podem ser infirmadas, haja vista a incidência da Súmula nº 7/STJ.
3. Não basta a afirmação do recorrente quanto à existência da divergência sem a comprovação adequada do dissídio jurisprudencial, visto que insuficiente para tanto a mera transcrição de ementas dos paradigmas, deixando de proceder ao necessário cotejo analítico entre os acórdãos impugnado e paradigma e de demonstrar a similitude fática entre as decisões confrontadas.
4. Na hipótese, o recurso especial não foi conhecido em virtude do óbice da Súmula nº 13/STJ.
5. Agravo interno não provido.
(AgInt nos EDcl no AREsp 1269533/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/10/2018, DJe 17/10/2018)

Em relação à tese referente ao direito do empregado inativo, com mais de 10 (dez) anos de contrato de trabalho vigente, de ser mantido no plano de saúde oferecido pela ex-empregadora nas mesmas condições de cobertura e de regime de custeio ofertada aos funcionários da ativa, o Tribunal de origem assim se manifestou (e-STJ, fls. 269-270):

É fato incontroverso que o direito do autor (e dependentes) em permanecer no plano de saúde decorre do artigo 31 da Lei nº 9.656/98, tendo em vista ter contribuído para o plano por mais de 10 (dez) anos.
[...]

Contudo, tal dispositivo [art. 31 da Lei 9.656/98] não garante a manutenção do mesmo valor de mensalidade praticado ao beneficiário quando da vigência da relação empregatícia. O que ele garante é a inexistência de tratamento discriminatório entre os ativos e inativos, de modo que se deve praticar aos inativos as mesmas condições, inclusive de valores e de reajustes, praticadas para os ativos, desde que o inativo arque com o pagamento integral (assumindo, portanto, a parte arcada pela empregadora no caso dos ativos).

Além disso, ao autor é garantido o direito de ser incluído no mesmo plano de saúde atualmente existente para os funcionários da ativa e não o de ser mantido em um que não mais existe.

Do excerto acima transcrito, depreende-se que o Tribunal estadual reconheceu ser direito da parte recorrida e de seus dependentes a manutenção no plano de

saúde oferecido pela recorrente durante a vigência do contrato de trabalho nas mesmas condições de cobertura e custeio oferecidas aos funcionários da ativa.

De fato, este é o entendimento jurisprudencial vigente nesta Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, a qual, pela maioria dos seus integrantes, passou a considerar ilícito ao plano de saúde cobrar dos aposentados ou dos empregados demitidos sem justa causa valor diferenciado dos funcionários ativos, sob pena de esvaziar o sentido protetivo da norma.

Confira-se:

DIREITO PRIVADO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANOS DE SAÚDE. MANUTENÇÃO DE EMPREGADO APOSENTADO. MESMAS CONDIÇÕES DE COBERTURA ASSISTENCIAL. ART. 31 DA LEI 9656/98. RESOLUÇÃO NORMATIVA 279/2011 DA ANS. VALORES DIFERENCIADOS PARA EMPREGADOS ATIVOS E INATIVOS. IMPOSSIBILIDADE.

1. Ação ajuizada em 15/01/16. Recurso especial interposto em 02/05/2017 e autos conclusos ao gabinete em 15/12/17. Julgamento: CPC/15.

2. O propósito recursal é definir o alcance da determinação legal "mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral", expressa no art. 31 da Lei 9.656/98, para o aposentado ou o demitido sem justa causa mantido no plano de saúde fornecido por seu ex-empregador.

3. Da análise da redação dos arts. 30 e 31 da Lei dos Planos de Saúde, infere-se o interesse do legislador em proteger a saúde do ex-empregado, demitido sem justa causa ou aposentado, com sua manutenção como beneficiário do plano privado de assistência à saúde usufruído em decorrência da relação de emprego nas "mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho".

4. O art. 31 da Lei 9.656/98, regulamentado pela Resolução Normativa 279/2011 da ANS, não alude a possibilidade de um contrato de plano de saúde destinado aos empregados ativos e outro destinado aos empregados inativos. E, quanto ao ponto da insurgência recursal, não faz distinção entre "preço" para empregados ativos e empregados inativos.

5. O "pagamento integral" da redação do art. 31 da Lei 9.656/98 deve corresponder ao valor da contribuição do ex-empregado, enquanto vigente seu contrato de trabalho, e da parte antes subsidiada por sua ex-empregadora, pelos preços praticados aos funcionários em atividade, acrescido dos reajustes legais. Precedentes.

6. Recurso especial conhecido e não provido, com majoração de honorários recursais. (REsp 1713619/SP, Rel. Ministra NANCY

Superior Tribunal de Justiça

ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 12/11/2018)

Desse modo, constata-se que o entendimento adotado pelo acórdão recorrido se alinhou à jurisprudência desta Corte Superior.

Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial para, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator